

VERDADE E PODER EM MICHEL FOUCAULT: UM PROJETO GENEALÓGICO

Demóstenes Dantas Vieira¹
Luan Talles de Araújo Brito²

RESUMO: Este trabalho, de cunho bibliográfico, visa a analisar a relação entre os conceitos de verdade e poder em Michel Foucault. O texto foi construído mediante reflexões sobre a obra *Microfísica do poder*, dialogando com outros pensadores das Ciências Sociais e Humanas, tais como Durkheim, Marx, Weber, Bourdieu e Norbert Elias. A teoria de Foucault aparece no contexto acadêmico atual como alternativa para se pensar o poder e suas mais diversas formas de manifestações sociais. A verdade é apresentada como elemento intimamente ligado às práticas sociais que possibilitam a efetivação de *dispositivos disciplinares*, ou mesmo, de um *regime discursivo*. Para Foucault o poder é microfísico e não se restringe somente a um seguimento das estruturas sociais, constituindo-se a partir das diversas práticas sociais onde o poder e a verdade são exercidos. As reflexões apontam para a compreensão do sujeito como elemento constitutivo da realidade social e não apenas como epifenômeno da estrutura e das relações de poder.

Palavras-chave: Poder. Verdade. Práticas sociais. Michel Foucault.

ABSTRACT: This work, of bibliographic character, aims to analyze the relationship between the concepts of truth and power in Michel Foucault. The text was built through reflections on the power microphysics work, and dialogue with other thinkers of Social and Human Sciences, such as Durkheim, Marx, Weber, Bourdieu, Norbert Elias. Foucault's theory appears in the current academic context as an alternative to paragraph thinking power and its various forms of social manifestations. The truth and presented how closely element on the social practices that enable the realization of disciplinary devices, or even, hum discursive regime. For Foucault the power and microphysical and not restricted if only one hum following the social structures constituting a from the various social practice where the power and truth are exercised. Reflections point as paragraph subject of understanding as a constitutive element of social reality, not just as epiphenomenon of structure and power relations.

Keywords: Power. True. Social practices. Michel Foucault.

INTRODUÇÃO

Compreender as relações sociais na contemporaneidade e as formas de manifestação da individualidade e da coletividade perpassa a construção de um conhecimento sobre as relações de poder e, por conseguinte, da noção de verdade. Em Foucault (1972), a verdade não pode ser dissociada das relações de poder, tendo em vista que para ele ambos preexistem na natureza social. Foucault (1972), assim como em toda a sua obra, propõe uma ruptura epistemológica sobre a noção cartesiano-determinista que predominou na origem das

¹ Mestre em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. (E-mail: literaturaevida@yahoo.com.br).

² Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN (E-mail: luantalles_tdb@hotmail.com).

Ciências Sociais e Humanas, mais evidente em Durkheim (1999) e em Marx (2008)³. Noção essa que já apresenta certa ruptura em Weber (1982), que trouxe à baila a reflexão sobre uma *sociologia compreensiva*.

Nos escritos da *Microfísica*⁴, Foucault (1972) entende a verdade e o poder como elementos constitutivos da realidade social, pensada a forma através da qual o sujeito participa de sua elaboração. Nesse sentido, ele se distancia da noção durkheimiana de estrutura, de uma “consciência coletiva” que paira sobre todos os indivíduos, influenciando-os a pensar e agir conforme as regras de seu funcionamento (DURKHEIM, 1999). Foucault (1972), por seu turno, postula reflexões sobre a formação da verdade e do poder entrelaçados ao funcionamento social que, segundo ele, não pode dissociar-se da ação tanto individual como coletiva. Nesse aspecto, Foucault (1972) traz à tona o papel do sujeito agindo sobre as estruturas a partir da interação, das práticas sociais/discursivas, das regularidades, vigilância, opressão e resistência.

À vista disso, este trabalho, de natureza bibliográfica, propõe uma reflexão sobre a relação entre os conceitos de verdade e poder desenvolvidos por Foucault na *Microfísica* (1972). Para tanto, partiremos da análise de dois capítulos do livro mencionado, *Verdade e Poder* e *Genealogia e Poder*, dialogando com outras obras foucaultianas e com outros autores das Ciências Sociais e Humanas. O artigo justifica-se, portanto, no tocante que visa promover uma reflexão sobre as práticas sociais e sobre o sujeito, através dos quais perpassam a construção da *verdade* e as relações de *poder*.

SOBRE A GENEALOGIA DO PODER

A *Microfísica* (1972) é uma das obras mais importantes de Michel Foucault. Por meio dela, Foucault realiza algumas reflexões sobre o entendimento do poder, propondo a construção de um projeto teórico sobre a sua genealogia. A partir de uma crítica à noção de

³ Em Marx (2008), o autor apresenta a noção de estrutura como fator determinante à dinâmica da vida social e corresponde a forças de produção que constituem a base da economia (infraestrutura). A superestrutura, por sua vez, corresponde às forças coercivas engendradas por ideologias como o Estado, política, religião, educação etc. Marx (2008, p. 46) evidencia que “na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade”, concluindo que “a consciência dos homens” não “determina o seu ser”. A estrutura econômica corresponde a relações de produção que determinam as consciências individuais, enquanto a superestrutura está associada às dimensões ideológicas do Estado. Para o aprofundamento dessa questão sugerimos a leitura de *O indivíduo na teoria de Marx*, autoria de Chagas (2012).

⁴ Doravante, utilizaremos esta abreviação em referência à obra *Microfísica do Poder* (1972).

poder em Marx⁵, evidentemente diluída no discurso do autor, Foucault (1972) suscita uma ruptura com um modelo de ideologia e poder centrado na dominação de uma classe social sobre outra, “afinal o poder não é algo de que se tenha propriedade, que se troque ou venda”, apontando nova interpretação para o fenômeno (MAIA, 1995, p. 97). Desse modo, o poder não deve ser compreendido como uma posse, cujos detentores são aqueles com maior poder aquisitivo (classe dominante) que supostamente o teria conquistado, usufruindo dele para a segregação, distinção e alienação política, social e econômica dos dominados.

Qual seria, então, o entendimento de Foucault sobre o poder? Para ele, o poder deve ser compreendido como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social, muito além de uma instância negativa que tem como objetivo reprimir. Foucault (1972) propõe uma ruptura que se contrapõe à noção de poder marxista ao passo que o concebe nas estruturas microfísicas. Nesse sentido, não devemos

[...] tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras, mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui e ali, nunca está em mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder, e de sofrer sua ação; nunca são alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, 1972, p. 183).

Dessa forma, Foucault (1972) distancia-se da noção de poder e ideologia marxista que entende o poder nas suas formas de dominação entre grupos sociais (macropoder). Foucault (1972) propõe que o poder é exercido nas diversas relações sociais (micropoder) e onde há poder, concomitantemente, há resistência. Nesse sentido, postula-se uma insurreição do sujeito nas tramas sociais, pois o indivíduo passa a ser compreendido como “efeito do poder e, simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu” (FOUCAULT, 1972, p. 183-184).

A grande contribuição da obra de Foucault para as Ciências Sociais e Humanas é pensar a ação do sujeito a partir do dispositivo social, ferramenta analítica usada por ele para

⁵ Quando falamos de poder em Marx, nos referimos à noção de ideologia e hegemonia por ele defendida, aprofundada posteriormente nos estudos de Gramsci, o qual concebe a ideologia como “uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, nas atividades econômicas e em todas as manifestações da vida intelectual e coletiva” (GRAMSCI 1995, p. 16).

designar “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos e proposições filosóficas, morais, filantrópicas”. Nesse sentido, postula-se uma interpretação da individualidade a partir da análise do sujeito inserido na “rede que se pode tecer” entre os elementos citados (FOUCAULT, 1972, p. 254).

Conforme escreve Dreyfus e Rabinow (1995), o *dispositivo* contribui para uma ruptura epistemológica no pensamento social no tocante que suscita “um conjunto de relações flexivas, reunindo-as num único aparelho”, trazendo à baila a multiplicidade das relações cotidianas e a subjetividade humana como fenômeno inerente à vida social. Assim sendo, entende-se que Foucault possibilita uma nova leitura do que outros pesquisadores denominaram de estrutura.⁶

Bourdieu (1990, p. 21) escreve que os clássicos/estruturalistas “tendiam a abolir os agentes transformando-os em simples epifenômenos da estrutura”, sendo necessário, segundo ele, a construção de uma teoria sobre o indivíduo como parte dos processos de (re)significação social.

Retomando a discussão sobre o poder, Foucault (1972) elabora duas hipóteses. A primeira de que os mecanismos de poder seriam repressivos, chamada de *hipótese de Reich*. A segunda, de que tais mecanismos consistiam em “um confronto de forças belicosas”, denominada por ele de *hipótese de Nietzsche*. Há em ambos os casos uma forte relação. A primeira se refere ao direito natural e hereditário do poder, cuja soberania dava-lhe o direito de repressão. A segunda hipótese, por sua vez, suscita a luta contra a opressão, um conflito constante das relações de resistência. Nesse sentido, Foucault traz à tona a noção de que “lá onde há poder, também há resistência” (FOUCAULT, 1979, p. 91).

À vista disso, pode-se elaborar um princípio sobre a analítica do poder em Foucault: o aspecto relacional, que reconhece a “pluralidade de correlações de forças – constitutivas das relações de poder – que atravessam todo o corpo social” (MAIA, 1995, p. 89). Endossando essa perspectiva, Foucault (1982, p. 217) escreve que

⁶ O vocábulo *estrutura*, aqui utilizado, refere-se às formas de organização da vida social nas mais diversas esferas da ação humana, cultura, economia, política, religião etc. É evidente que não nos remetemos ao sentido de estrutura trabalhado pelos funcionalistas como Durkheim e Malinowski, nem no sentido estruturalista usado por Lévi-Strauss, Saussure, Bourdieu etc., apesar de se aproximar deste último. O nosso entendimento de estrutura perpassa a compreensão das “configurações” e “redes de interdependência” da sociologia processual em Elias (1994), autor que se aproxima tanto de Foucault (1972), como de Bourdieu (1990) que atribui um novo sentido ao vocábulo “estrutura”, primando pela compreensão das estruturas como fenômenos *estruturados* e *estruturantes*, historicizadas pela ação do indivíduo.

O que caracteriza o poder que estamos analisando é que traz à ação relações entre indivíduos (ou entre grupos). Para não nos deixar enganar; só podemos falar de estruturas ou de mecanismo de poder na medida em que supomos que certas pessoas exercem poder sobre outras. O termo ‘poder’ designa relacionamentos entre parceiros (e com isto não menciono um jogo de soma zero, mas simplesmente, e por ora me referindo em termos mais gerais, a um conjunto de ações que induzem a outras ações, seguindo-se umas às outras).

Conforme escreve Foucault (1972), não existem ferramentas conceituais que deem conta de compreender a dinâmica das relações de poder que perpassam a rede social. Vale esclarecer que ele não desenvolveu um modelo analítico sobre o poder, tampouco uma teoria “a-histórica” desvinculada das práticas sociais, “O que está em jogo nas investigações que virão a seguir é dirigirmos menos para uma ‘teoria’ do poder que para uma ‘analítica’ do poder: para uma definição do domínio específico formado pelas relações de poder e determinação dos instrumentos que permitam analisá-lo” (FOUCAULT, 1988, p. 80).

Apresenta-se ainda de grande relevância entender os dois modelos de percepção do poder. Aquele proposto pelo Direito (modelo baseado na lei, na proibição, na instituição e no Estado) e o chamado modelo estratégico que leva em consideração as relações de poder no seio social. Para Foucault (1988), o modelo pautado no Direito mostrou-se inadequado ou cheio de lacunas, pois trata o poder como propriedade das instituições que postulam regras, muito associado à *normativa*, ao juízo, à obediência e à “propriedade” do poder, que, nessa perspectiva, justifica-se pela construção moral e ética da sociedade e que, por sua vez, perpassa a construção da “verdade”. Já o outro modelo evidencia a noção metafórica de que vivemos “todos contra todos”, da “luta pela vida” em que predomina a relação de forças dentro dos processos de *socialização e sociabilidade*⁷. Segundo escreve Foucault (1972, p. 241), é necessária “a análise das relações de forças”. Tais relações acontecem dentro das tramas e interações sociais em que perpassam as noções de eu-outro, individualidade-coletividade, indivíduo-sociedade, indivíduo-estado e grupos sociais, numa perspectiva em que se cruzam o micro e o macropoder, as micro e as macrorelações.

Destarte, a noção de verdade trazida por Foucault (1972) está ligada a uma construção social que materializa-se pelas relações de poder, sendo ela própria (a verdade) mecanismos utilizados para disciplinar o comportamento social. A verdade pode, portanto, ser compreendida como mecanismo usado para afirmar o poder que perpassa as relações, sejam

⁷ *Sociação e sociabilidade* são conceitos elaborados por George Simmel (2006). O primeiro refere-se a formas de interação simbólica que constituem o corpo social, enquanto o segundo refere-se à interação simbólica lúdica através da qual os sujeitos desenvolvem determinadas ações, como um jogo performático em que a recusa, a aceitação, a negação e a afirmação podem ser compreendidas como jogo de interações. A sociabilidade consiste, portanto, na “forma lúdica da sociação”.

relações éticas, morais, econômicas, sexuais, de gênero etc. Pensando nessas questões, o próximo tópico trará algumas considerações sobre a verdade em Michel Foucault e a relação com a noção de poder até aqui discutida.

ESBOÇO DE UMA GENEALOGIA DA VERDADE

Segundo Foucault (1972), a verdade está ligada às relações de regularidade que produzem as nossas leis e justificam as nossas ações, não existindo conceito de verdade se não há conceito de poder. A verdade pode, então, ser compreendida como um conjunto de procedimentos regulados e justificados, sendo ela também factual, pois é constituída a partir da ação do sujeito, na dinâmica das realidades sociais, cabendo às sociedades o julgamento daquilo que é verdade e do que é falso, do que é moral e imoral, ético e antiético.

Foucault (1996) escreve que a verdade constitui-se a partir de um ponto de vista da realidade e, portanto, há no uso de premissas uma “vontade de verdade”, o que o aproxima do conceito de verdade em Nietzsche (2007), compreendida como uma “metáfora morta”. Em Foucault não podemos falar de verdade universal, pelo contrário, podemos falar de verdades sociais, construídas não a partir de relações de sentido (racionalidade), mas através de processos ligados à normatização (modelo legal de poder) e às relações (modelo da guerra).

Um aspecto de grande importância sobre o poder na *Microfísica* (1972) é sua ligação com o saber, usado por ele com o sentido de verdade, o que nos remete a uma visão transcendental que predominou durante séculos, na qual a revelação espiritual da verdade daria o conhecimento e o poder de guiar as pessoas no caminho da salvação. Como afirma Foucault (1972), aquele que possui o saber é também detentor do poder. O autor lança mão, por exemplo, do autoritarismo exercido na França pelo partido comunista (P.C.F.) que impedia o tratamento de assuntos específicos em suas discussões, selecionando aquilo que deveria vir à pauta ou não, havendo restrição e monopólio do saber.

A grande contribuição de Foucault (1972) para o entendimento da verdade é não apenas percebê-la como elemento construído socialmente, mas como elemento em construção, dadas as transformações da estrutura social. A verdade perpassa, pois, as relações sociais e seu entendimento suscita os diversos processos de regularidade ligados à elaboração de um saber moral, ético e normativo (pensando, aqui, o Direito). Conforme escreve o autor,

para assinalar simplesmente, não o próprio mecanismo da relação entre poder, direito e verdade, mas a intensidade da relação e sua constância, digamos isto: somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para funcionar, temos de dizer a verdade, somos coagidos, somos condenados a confessar a verdade ou encontrá-la. (FOUCAULT, 2000, p. 29).

Como se dá, assim, a materialização da verdade e do poder? Segundo Foucault (1972), a verdade se manifesta através das práticas sociais em que perpassam o discurso. Em Foucault, o discurso tem um espaço bastante significativo nas tramas sociais. Isso se deve, provavelmente, ao fato de que as relações sociais, a sociedade e o próprio homem se constituem a partir da linguagem (VYGOTSKY, 1998). Segundo Foucault (1986, p. 124) “todo enunciado se encontra assim especificado: não existe enunciado em geral, enunciado livre neutro ou independente; mas, sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel em meio aos outros, apoiando-se neles.” Tais regularidades constroem verdades, a repetição e reprodução de uma premissa carregada de “ideologia” possibilita a sua consolidação.

Partindo desse pressuposto, a justificativa de nossas ações se dão no tocante que elas são permissíveis dentro dos sistemas disciplinares, de processos reguladores que permeiam o sujeito. O uso desses mecanismos nos molda pelo processo de reprodução que nós mesmos construímos, tendo em vista que o poder e a verdade não são naturais, pelo contrário são “contranaturais”. Ele se forma a partir de longos processos de disciplinamento bastante evidentes no *Processo Civilizador*⁸. Foucault denomina esses mecanismos de dispositivos disciplinares (1988), regime discursivo (1986), regularidades discursivas (1996) e de coerção de privação, coerção de obrigações e coerção de proibições (2007).

Vale salientar que a compreensão da verdade ocorre, de fato, quando conseguimos visualizá-la para além daquilo que foi postulado cronologicamente, percebendo os acontecimentos em sua “irrupção histórica”, pois é notória que as narrativas sociais continuístas são carregadas de significados, sublimando determinados saberes, culturas e formas de dominação e suplantando outros. Portanto, é de fundamental importância perceber a história em “descontinuidade”, e rompê-la na tentativa de se compreender o seu funcionamento, pois como afirma Foucault (1996) a história não se constrói em relações de sentido, mas em relações de poder. O que Foucault (1972) chama de “descontinuidade” é o processo de irrupção com a linearidade histórica. Um processo em busca da verdade, de certa forma, de uma genealogia.

⁸ Referimo-nos à obra *Processo Civilizador*, de Elias (1993).

Ao falar de genealogias, Foucault (1972) aponta a relevância de atividades de pesquisa que lancem mão dos “saberes locais, descontínuos, não legitimados, “desqualificados” pelo discurso científico hegemônico, sendo necessária a insurreição dos “saberes dominados”, das verdades construídas no âmbito das microrrelações, pensando não mais o poder e a verdade apenas sobre o viés do modelo legal, mas das “verdades” que perpassam as relações de poder nas práticas cotidianas.

Foucault (1972) atribui duas características aos estudos genealógicos desenvolvidos por ele: primeiro, o caráter local da crítica; segundo, a insurreição dos saberes dominados. A expressão saberes dominados já traz em si uma crítica ao discurso científico unitário e hierárquico que privilegia alguns aspectos do conhecimento em detrimento de outros. Há nesse sentido, um discurso de poder e de verdade na própria construção do conhecimento, quando determinados saberes são restringidos a inferiores. Tais saberes descontínuos, não-lineares, desvinculados da produção tradicional e vigente foram, de certa forma, marginalizados. Trava-se, nesse sentido, uma batalha entre os saberes locais e o poder do discurso científico formulado como única verdade.

Segundo Foucault (1972, p. 174) a questão de todas as genealogias é uma reflexão sobre o poder e sobre a verdade, os seus mecanismos, seus efeitos em todas as esferas sociais, “nos níveis mais diferentes da sociedade”, enfatizando-se aqui as práticas cotidianas. Pode-se, então, inferir que a construção de um projeto genealógico do poder e da verdade deve levar em consideração o sujeito inserido nos processos de estruturação social. É ele (o sujeito) o responsável pela formação da verdade, através da reprodução, das regularidades da ação e do discurso, sendo, portanto, necessário pensar o seu cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode negar que a teoria de Foucault aparece no contexto acadêmico atual como alternativa para se pensar o poder e as mais diversas formas de sua manifestação. Na sua obra, o conceito de verdade não pode ser dissociado da noção de poder e, por conseguinte, dos mecanismos disciplinares. A verdade em Foucault é uma justificativa social, uma “vontade de verdade” constituída a partir das relações, enquanto que o poder deve ser compreendido não apenas no âmbito macrossocial, pelo contrário, deve-se levar em

consideração o poder microfísico que perpassa o sujeito e as diversas situações em que ele está inserido.

Sendo microfísico, o poder perpassa o indivíduo, compreendido aqui como agente dos processos sociais, efeito, centro e transmissão do poder. Nessa perspectiva, a obra de Foucault nos possibilita uma ruptura epistemológica com as noções de poder formuladas pelo marxismo, no sentido de que o compreende não só como forma de dominação em que determinado grupo se estabelece em relação a outro.

Pode-se, portanto, inferir uma inter-relação entre as noções de verdade e de poder em Michel Foucault. Em ambas perpassa a ação do indivíduo, o qual é ao mesmo tempo aquele que exerce e que resiste às estruturas. No pensamento foucaultiano, verdade e poder são indissociáveis, não podendo existir um conceito de verdade sem um conceito de poder, sendo este e aquele fruto do processo de regulação, disciplina e relações em que o indivíduo encontra-se emaranhado.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault — um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Tradução de Ingrid Muller Xavier; revisão técnica de Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHAGAS, Eduardo F. O indivíduo na teoria de marx. **Revista Dialectus**. Ano 1. N. 1. Julho-dezembro de 2012, pp. 01-16.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução de Paulo Neves. 2º. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Formação do estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 1972.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Graal, 1996.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975/1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões**. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. Os intelectuais e o poder. In: **Ditos e Escritos IV, Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MAIA, Antônio C. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Revista Tempo Social**. n 07. Out. 1995. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ts/v7n1-2/0103-2070-ts-07-02-0083.pdf>>. Acesso em 08 de Setembro de 2015.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral**. São Paulo: Hedra, 2007.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

WEBER, M. A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, Gabriel (Org.). **Max Weber: Sociologia**. Tradução de Amélia Cohn e Gabriel Cohn. 2 ed. São Paulo: Ática, 1982. p. 79-127.